PLANO DE GOVERNO

DIRETRIZES E PRIORIDADES

PMDB

O PARTIDO DO BRASIL

GOVERNAR NÃO É APENAS FAZER. GOVERNAR É ENTREGAR RESULTADOS PARA A POPULAÇÃO

1 - Apresentação

O Ceará sempre teve a vantagem de contar com a determinação, a capacidade e a criatividade de seu povo, em contrapartida às adversidades climáticas ou escassez de recursos naturais. A partir da primeira administração Tasso Jereissati (1987-1990), o estado tomou consciência de que precisaria contar também com um reforço vital para a superação das suas dificuldades econômicas e sociais: a boa gestão pública.

Graças a essa nova mentalidade, o estado conseguiu atingir, em vários momentos, a posição de vanguarda nacional em políticas públicas, criando e desenvolvendo programas e ações como choque de gestão, ajuste fiscal, combate à mortalidade infantil e racionalização do uso de recursos hídricos, entre tantos outros. Por algum tempo, o cearense se orgulhou não só de sua coragem para enfrentar as adversidades impostas pela natureza, mas também de sua condição de participante de um Governo competente e inovador.

Nos últimos anos, infelizmente, essa posição de vanguarda vem sendo desgastada dia a dia. O Ceará que a mídia nacional exibe não é mais aquele da competência, dos exemplos louváveis, da boa gestão, mas sim um Ceará do desperdício, do desvirtuamento das prioridades, dos programas questionáveis.

Recentemente, em vez das pessoas, a ação do governo passou a ter como foco a execução de obras grandiosas. A gestão em equipe deu lugar ao centralismo de decisões. Em muitos casos, o planejamento parece ter sido substituído pela simples intuição.

Por tudo isso é que, apesar de o atual governo ter recebido uma situação fiscal altamente favorável, não foi alcançado o tão propalado "salto administrativo". Aquilo que seria o "novo Ceará", a não ser na avassaladora e dispendiosa propaganda de massa, simplesmente não aconteceu.

É nesse contexto que o PMDB apresenta estas diretrizes, tendo em perspectiva um Governo que:

» recoloque o estado na condição de vanguarda em gestão pública;
» priorize as pessoas, de forma inequívoca, ao focar nos resultados humanos, e não somente nas obras físicas;
» adote como norma as melhores práticas de planejamento, em contraponto a decisões intuitivas, impulsivas, centralizadas e unitárias;
» esteja sempre disposto a ouvir a sociedade, com a humildade de reconhecer eventuais erros e de corrigir rumos.
» estimule a inovação e fortaleça ações junto aos micro e pequenos empreendedores reconhecendo-os como força emergente e estratégica de nosso crescimento econômico.

Com a apresentação dessas diretrizes, e na qualidade de candidato ao posto de Governador do Ceará, assumo o compromisso de realizar um governo baseado no diálogo, nas reais prioridades da população, na transparência e na lisura dos atos públicos, na valorização do servidor público e na prática de uma gestão moderna, participativa e comprometida com a qualidade dos serviços públicos.

Eunicio Oliveira

2 - Diretrizes estratégicas

Ainda que possa parecer óbvio, as atuais circunstâncias impõem a necessidade de reafirmar que a melhora na vida das pessoas decorre da redução da violência e das taxas de criminalidade; decorre do aprendizado que chega aos jovens; decorre de um atendimento digno na rede hospitalar; decorre das oportunidades de empregos de qualidade oferecidas. Toda obra realizada deve ter o seu valor medido pelo benefício que é capaz de produzir. São os resultados das obras realizadas e das ações empreendidas que têm que colocar o cidadão como prioridade, proporcionando a ele a tão desejada qualidade de vida.

Projetos e ações do Governo devem se basear na sua capacidade para resolver os problemas da população da forma mais simples, mais econômica e mais efetiva. O Ceará ainda é um estado pobre, que não pode nem deve se dar ao luxo de desperdiçar seus escassos recursos com projetos mirabolantes e de efetividade duvidosa.

Um Plano de Governo é um processo contínuo de aprendizado e diálogo com a sociedade. Deve ser construído com a participação dos principais atores da sociedade - entre os quais universidades, intelectuais, técnicos, empresários, sindicatos, professores, estudantes, ONGs, movimentos sociais, líderes comunitários e servidores públicos. Não é fruto de um momento, mas sim de uma sequência de debates participativos, de amplas discussões que permitam estabelecer uma convergência de pensamentos direcionados à ação.

Um Plano de Governo deve também buscar a sustentabilidade, na sua visão moderna, segundo a qual deve-se, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente e promover a inclusão social. Nesse, como em outros casos, a transparência das ações deve ser sempre entendida como dever e obrigação junto ao cidadão.
O planejamento baseado no conhecimento, a ação baseada no profissionalismo e a decisão baseada na técnica são fundamentais para quem pretende respeitar as aspirações e prioridades do povo, para quem o essencial são os resultados obtidos. A transparência das ações do governo deve ser sempre entendida como um dever e obrigação com quem o financia: o cidadão. A prestação de contas deve ser um exercício regular de autocrítica e de explicação para a sociedade dos erros e acertos do governo.

3 - Situação atual: muitos gastos, poucos resultados

Em um contexto de crescimento da arrecadação, o atual Governo aumentou as despesas com educação, saúde e segurança pública, oferecendo no entanto um retorno limitado, como se pode perceber nos exemplos destacados a seguir.
Entre 2007 e 2013 os gastos com segurança aumentaram em 181%, passando de R$ 520 milhões para R$ 1,46 bi. Infelizmente, no mesmo período, o número de homicídios cresceu 140%. Em 2013 foram registrados no Ceará 4.307 homicídios, o que significa a impressionante e revoltante marca de um homicídio a cada duas horas.

Os gastos com educação aumentaram em 271% entre 2007 e 2013, atingindo o valor de R$ 2,47 bi. No entanto, o desempenho dos alunos no Ensino Médio, que é de responsabilidade do estado, está estagnado: a nota média do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) manteve-se estagnada em 3,4 por três anos (segundo dados disponibilizados pelo MEC/INEP/IDEB). Note que a escala da nota IDEB é de zero a dez.
Além disso, apenas 49% dos jovens de 14 a 17 anos estão no Ensino Médio. Ou seja, mais da metade de nossos jovens estão fora da escola, e, portanto, com menos oportunidades de realização pessoal e mais expostos à violência.
Igual descompasso acontece na saúde, área na qual os gastos entre 2007 e 2013 aumentaram 165%, atingindo R$ 2,35 bi em 2013. O Indicador de Desempenho do Sistema SUS do Ministério da Saúde (IDSUS - fonte: Ministério da Saúde), que mede a qualidade do sistema público de saúde, mostra que o Ceará ocupa a segunda pior posição do Nordeste, à frente apenas da Paraíba.

Na economia os resultados são modestos, ainda mais quando se considera que o ambiente favorável das contas públicas permitiu um volume recorde de investimentos.
A taxa de crescimento do PIB tem caído nos últimos três anos. Foi de 7,96% em 2010, caiu para 4,30% em 2011, 3,65% em 2012 e 3,4% em 2013.
O salto na economia não aconteceu. A promessa de dobrar a participação do Ceará na produção de riquezas do Brasil ficou muito longe de ser cumprida, já que se verificou uma variação de 1,95% para 2.07%.
As exportações estão estagnadas nos últimos três anos em torno de 1,4 bilhão de dólares e o turismo internacional está em queda. E - o que é pior - os empregos de qualidade estão diminuído: em 2001, os empregados que ganhavam mais que dois

salários mínimos eram 21% do total, enquanto em 2011 esse percentual caiu para 15%. Além disso, o rendimento médio do trabalho no Ceará é o segundo pior do Nordeste, superior apenas ao do Piauí.

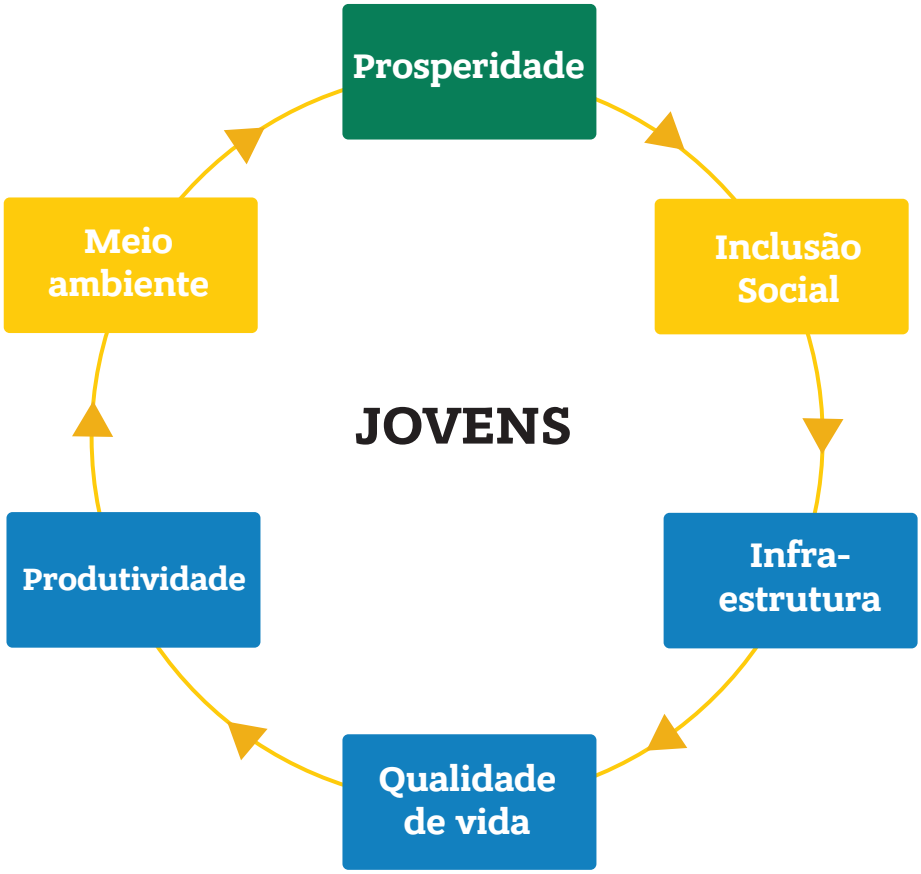
Entre 2007 e 2012, a participação do Ceará nas micro e pequenas empresas do Brasil diminuiu de 4,1% para 3,3%. O Ceará foi o único estado do Nordeste que sofreu perda de participação. Parte da explicação para isto certamente está na insuficiência da atenção dispensada pelo Executivo Estadual ao setor, refletida na escassez de diálogo com as organizações representativas dos micro e pequenos empresários.

4 - A estratégia de elaboração do plano

O Plano de Governo será elaborado observando a lógica econômica de que o estado deve ser capaz de atrair e, internamente, promover pessoas e empresas inovadoras. Inovação é a chave atual do desenvolvimento, e deverá ser perseguida no tradicional e no novo, no simples e no sofisticado, na capital e no interior. A razão é simples: no mundo de hoje, o mais importante não é produzir, e sim criar.

O trabalho de elaboração terá como diretriz principal a sustentabilidade, compreendida como combinação de preservação do meio ambiente e promoção da inclusão social. Observará também a concepção de que a ação do Governo deve ter como resultado principal a prosperidade, entregando qualidade de vida, infraestrutura competitiva e emprego e renda a partir da produtividade. Contemplará a decisão estratégica de dar atenção especial aos micro e pequenos negócios, com a finalidade de aproveitar ao máximo a potencialidade do setor como dínamo da economia, que será fortemente ampliada pela aprovação da nova lei que aperfeiçoa o Supersimples.

Os jovens constituem o eixo de transversalidade do Plano, entendendo-se que isso significa, em uma projeção para toda a comunidade, menos violência, mais inovação, mais dinâmica econômica, menos pobreza, menos desigualdade e melhores perspectivas de futuro.



Com a finalidade de proporcionar uma melhor **qualidade de vida** aos cearenses, teremos planos setoriais para:

» Segurança
» Saúde
» Educação
» Mobilidade
» Cultura
» Lazer
» Habitação
» Meio ambiente
» Saneamento
» Convívência com a seca
» Redução da pobreza e desigualdade

Com a finalidade de conferir maior **competitividade** à nossa economia, serão propostos planos setoriais para:

» Energia
» Rodovias
» Ferrovias
» Portos
» Aeroportos
» Água
» Comunicação
» Internet
» Cidades-polos
» Logística

Para viabilizar mais **renda e emprego** de qualidade, teremos planos setoriais nas áreas de:

» Educação profissional
» Inovação
» Turismo
» Indústria dos serviços
» Inserção internacional
» Desenvolvimento do interior
» Instituições pró-negócio
» Gestão para resultados
» Agricultura familiar com tecnologia
» Irrigação de alto desempenho
» Estímulo e apoio ativo aos micro e pequenos empreendedores

5 - Roteiro para discussão e elaboração do plano de governo

As ações e projetos setoriais deverão sempre focar nos resultados para a população e seguir diretrizes específicas de cada área. São apresentadas a seguir algumas delas.

5.1 EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, DESPORTO E LAZER PARA TODOS

EDUCAÇÃO

» Desenvolver esforço permanente pela erradicação do analfabetismo, em parceria com as prefeituras, promovendo a universalização, integralização e qualidade do Ensino Básico.
» Criar uma nova estratégia para implantação e rápida expansão do ensino em tempo integral.
» Favorecer a implantação prioritária, no âmbito estadual, do Plano Nacional de Educação - PNE.
» Focar no Ensino Médio de qualidade, aumentando as matrículas e reduzindo a evasão escolar.
» Acompanhar de forma sistemática o desempenho do aluno, envolvendo os pais e a família para uma maior participação nas atividades da escola ou extraescola.
» Disseminar a prática de integração de jovens universitários em funções de monitoria no Ensino Médio.
» Oferecer infraestrutura escolar moderna e atrativa para crianças e jovens.
» Criar um polo de ensino tecnológico, em parceria com instituições de excelência, com o objetivo de oferecer no estado ensino superior hoje internacionalmente reconhecido em escolas como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Instituto Militar de Engenharia.
» Valorizar os profissionais da educação.
» Melhorar a infraestrutura física e tecnológica das universidades públicas estaduais.
» Disponibilizar o apoio necessário ao sucesso de projetos de extensão universitária e tecnológica.
» Enfatizar a educação inclusiva e a educação ambiental.

SAÚDE

» Incrementar a atenção e o esforço nos cuidados com a saúde preventiva.
» Estabelecer Programas de diagnóstico precoce de doenças, reduzindo filas e tempo de espera para atendimento nos hospitais.
» Aprimorar a rede direcionada a urgências e emergências, com expansão e adequação de unidades de pronto-atendimento, de serviços de atendimento móvel de urgência/SAMU, de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção.
» Implantar CEOs nos municípios-sede de regiões administrativas, em convênio com as Prefeituras.
» Universalizar a cobertura do Programa Saúde da Família.
» Fomentar os consórcios de saúde.
» Valorizar os profissionais da saúde.
» Modernizar a gestão de custos e de qualidade dos serviços nos hospitais. Investir racionalmente em instalações e equipamentos, priorizando os que de fato melhorem as condições de trabalho dos profissionais de saúde e o consequente serviço à população.
» Adequar a rede de hospitais do interior à realidade local e à capacidade de financiamento do Tesouro estadual.
» Fortalecer a Vigilância Sanitária.
» Aperfeiçoar a gestão em saúde pública.
» Melhorar a infraestrutura física e tecnológica das unidades de atendimento hospitalar, em todos os níveis.
» Ampliar a assistência farmacêutica e fitoterápica, facilitando a entrega de medicamentos de uso contínuo, como diabetes e hipertensão.
» Adotar uma política séria para prevenção, acolhimento e recuperação de dependentes químicos.

CULTURA

» Trabalhar a cultura, e todas as ações relativas a esta área, como instrumento de inclusão social com potencial para gerar emprego e renda, incrementando a economia.
» Fomentar e valorizar o patrimônio cultural da capital e regiões do interior do estado.
» Atualizar o mapeamento do patrimônio cultural, tangível e intangível, do Ceará.
» Apoiar os sítios de ocorrência de manifestações religiosas.
» Viabilizar a criação de espaços multiculturais públicos para a juventude nas comunidades, garantindo o desenvolvimento da livre expressão artística e cultural.
» Valorizar as diferentes expressões culturais.

» Estimular manifestações culturais que resultem em atrativos para o Turismo.
» Oferecer capacitação em Gestão da Cultura.
» Melhorar a infraestrutura física e tecnológica, construindo, requalificando e modernizando os equipamentos culturais.
» Atuar a favor da preservação do patrimônio arquitetônico, ambiental e histórico.

DESPORTO E LAZER

» Incentivar práticas esportivas nas comunidades, escolas, universidades e instituições públicas.
» Integrar políticas relacionadas ao desporto amador com as instituições formadoras de profissionais na área, definindo um calendário anual para práticas esportivas.
» Formar e capacitar profissionais para esporte e lazer.
» Reavaliar uso, manutenção, modernização e ampliação de equipamentos esportivos e de lazer nos bairros da capital e no interior.
» Promover a prática do desporto entre crianças, idosos e pessoas com deficiência.
» Estimular o desenvolvimento de atletas de alto desempenho.
» Apoiar atividades de esporte e lazer vinculadas ao Turismo.

5.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÃO (C, T & I) E EDUCAÇÃO SUPERIOR

EDUCAÇÃO SUPERIOR

» Integrar as Instituições de Ensino Superior - IES estaduais com os grandes projetos estruturantes do estado.
» Ampliar a cooperação e integração Universidade/Governo na definição, avaliação e consultoria em programas e políticas públicas.
» Disseminar e interiorizar C,T & I apoiando projetos de extensão universitária e tecnológica.
» Valorizar e estimular formação e titulação superior de professores.
» Melhorar a infraestrutura física e tecnológica das universidades públicas estaduais.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

» Estimular pesquisas em segmentos estratégicos para o estado.
» Dar suporte às redes voltadas à inovação tecnológica e incubação de empresas.
» Rever os critérios de apoio à C, T & I através do Fundo de Inovação Tecnológica do Ceará – FIT.
» Promover inovação em atividades produtivas e na oferta de serviços públicos essenciais.
» Maximizar o acesso à Internet.
» Implantar infraestrutura de apoio ao desenvolvimento tecnológico.

5.3 JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

JUSTIÇA

» Revisar a estratégia de ressocialização de presos e egressos das unidades prisionais.
» Modernizar e ampliar a infraestrutura de atividades vocacionais e produtivas nos presídios.
» Fortalecer a Defensoria Pública.
» Aparelhar as Comarcas, envolvendo Juizados, Promotorias e quadros de apoio.
» Rever as estratégias de ressocialização do adolescente infrator.
» Reformar e ampliar a rede de unidades prisionais.
» Valorizar os profissionais da Justiça e do Sistema Prisional.

SEGURANÇA PÚBLICA

» Basear os esforços pela segurança pública no binômio gente e gestão, considerando que a conquista e a manutenção da segurança só podem acontecer quando há um investimento intenso no ser humano e na gestão firme dos serviços prestados à população.
» Aperfeiçoar a inteligência e eficácia da investigação científica. Investir em inteligência policial para que as investigações atendam à necessidade de justiça, de forma ágil, empregando todos os recursos hoje possibilitados pela tecnologia.
» Prevenir a violência contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso.

» Dar atenção especial ao combate ao tráfico e ao uso de drogas ilícitas.
» Oferecer apoio aos que desejam se libertar da dependência química, tratando-a não como crime, mas como a doença que de fato é.
» Qualificar a gestão da segurança pública.
» Valorizar os profissionais de segurança.
» Realizar melhorias na infraestrutura de delegacias e de outros equipamentos de segurança.
» Reorganizar as polícias e assegurar o cumprimento dos conceitos fundamentais que sustentam suas atividades, quais sejam, a proteção ao cidadão e a preservação da tranquilidade social.
» Aumentar a mobilidade e a presença dos policiais nas ruas.
» Adotar um modelo de gestão integrada de segurança pública, com representantes da sociedade presentes às discussões com os outros poderes e esferas governamentais.

5.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EMPREGO, RENDA, TURISMO, PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES

PROMOÇÃO DAS OPORTUNIDADES E DIREITOS DE JOVENS, DE MULHERES, DA FAMÍLIA E DE GRUPOS PRIORITÁRIOS

» Combater o trabalho infantil.
» Apoiar os grupos prioritários em situação de pobreza e miséria.
» Promover igualdade de direitos e oportunidades para a mulher.
» Repensar e aprimorar a profissionalização e promoção do primeiro emprego dos jovens.
» Fortalecer oportunidades e direitos dos jovens, dos idosos, das mulheres, da família, das pessoas com deficiência e das minorias étnicas, sexuais e raciais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES

» Fomentar os segmentos estratégicos para o desenvolvimento das atividades econômicas, como indústria, comércio, agricultura, agricultura familiar, fruticultura, pecuária, pesca e aquicultura.
» Promover a interiorização das atividades econômicas.
» Focar na erradicação da pobreza extrema. Redirecionar os recursos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOP de volta ao propósito para o qual foi criado.
» Implantar complementação da Bolsa Família, a ser paga pelo Governo do estado com recursos do FECOP, vinculado ao desenpenho escolar de jovens das famías beneficiárias.
» Criar um programa de apoio técnico aos empreendedores individuais e pequenos negócios, com busca ativa dos potenciais beneficiários para oferta de serviços, de modo a expandir rapidamente no estado os benefícios proporcionados pela nova Lei que universaliza o acesso ao Supersimples.
» Criar mecanismos que ampliem a participação das pequenas e microempresas nas compras governamentais.
» Abrir canais permanentes de diálogo do Executivo Estadual com as organizações representativas dos pequenos e micro empreendedores.
» Inserir o ensino do empreendedorismo nas escolas estaduais de educação profissional.
» Estimular o empreendedorismo e os pequenos e micronegócios.
» Implantar programa de empréstimos para o miniempreendedor que não consegue ser atendido pelo microcrédito tradicional.
» Apoiar microfinanças associadas a negócios nas comunidades.
» Oferecer suporte ao desenvolvimento de negócios da economia criativa e de base tecnológica.
» Atrair investimentos nacionais e estrangeiros para setores produtivos e estratégicos estaduais.
» Aumentar a inserção internacional da economia estimulando a vinda de investimentos externos, de maneira a fomentar a criação de emprego e o aumento de renda.
» Implantar empreendimentos industriais de impacto econômico, como distritos industriais, polos de inovação e parques tecnológicos.
» Simplificar a formalização das atividades informais.
» Aproveitar o potencial oferecido pela estrutura portuária do Polo Industrial do Pecém e destravar seu desenvolvimento.
» Adotar uma política agressiva de inovação de métodos e processos.

» Fortalecer a ZPE.
» Desburocratizar radicalmente o processo de abertura e fechamento de empresas, integrando os diversos órgãos inter-relacionados.
» Consolidar o turismo de eventos e esportivo, movimentando os períodos considerados de baixa estação.
» Formar quadros cearenses para a inserção nos mercados globais, especialmente fomentando a inovação, o empreendedorismo, a formação técnico-científica, o ensino de línguas estrangeiras e a inclusão social.
» Estimular o investimento de empresas estrangeiras em centros de pesquisa e inovação, localizados no estado do Ceará; celebrar convênios interinstitucionais ou de cooperação descentralizada, com parceiros internacionais prioritários.

TURISMO

» Implantar projetos de gestão inteligente de polos turísticos, aproveitando a vocação de cada região (ecologia, esportes, aventura, eventos, lazer, religiosidade, arqueologia etc.).
» Atualizar e redefinir o mapa turístico cearense, em função das demandas e da realidade atual.
» Apoiar municípios que são destino turístico consolidado, em termos de infraestrutura de rodovias, transporte aéreo, saneamento, coleta de lixo, energias alternativas, conservação, etc.
» Revelar novos polos para a prática de formas específicas de turismo: de natureza, esportivo, cultural etc.
» Promover ações especiais de segurança em áreas turísticas.
» Estimular a formação acadêmica em Turismo, ofertando cursos profissionalizantes e de graduação.
» Ampliar a oferta de cursos públicos de idiomas.
» Combater sem trégua o turismo predatório e a exploração sexual de crianças e adolescentes.
» Rever as modalidades de uso dos equipamentos turísticos de grande porte.
» Implantar marinas em áreas turísticas com potencial econômico, induzindo a atração de um turismo qualificado.
» Definir uma política para atração de eventos internacionais para o Ceará, reforçando o posicionamento do estado como ator estratégico na inserção internacional do Brasil.

DESENVOLVIMENTO RURAL

» Investir em Cidades-Polos em parceria com as Prefeituras, capacitando técnicos que disseminem os conhecimentos adequados à realidade de cada região.
» Incentivar atividades econômicas não agrícolas no meio rural, levando em conta que se trata de questões complementares, aptas a traçar um panorama diversificado de alternativas, independentemente das condições impostas pelo clima.
» Priorizar a agricultura irrigada de valor agregado, sem deixar de dar atenção àquela de sobrevivência.
» Fortalecer a infraestrutura de oferta hídrica para as populações do interior.

MEIO AMBIENTE

» Desenvolver o semiárido promovendo atividades econômicas associadas à biodiversidade e energias alternativas.
» Proteger e preservar a flora, fauna e florestas nativas.
» Implantar parques ecológicos. Recuperar os parques existentes e implantar novos parques.
» Elaborar plano de uso dos parques, delimitando áreas importantes para conservação, preservação, lazer e convívio.
» Intensificar o apoio a projetos de arborização urbana.
» Combater a desertificação.
» Combater também a poluição sonora, do ar e dos recursos hídricos.
» Atualizar e aperfeiçoar a legislação ambiental, incluindo a modernização do sistema de licenciamento de parques e áreas de preservação.
» Apoiar inovações técnicas na captação e uso das águas de chuva.
» Desocupar definitivamente as áreas de risco.
» Redefinir as políticas de criação, implantação e gestão de polos ecológicos em áreas de alto valor ambiental.
» Repensar a política de gestão e abastecimento de água.
» Utilizar de forma planejada as áreas de conservação ambiental.
» Adotar uma política de saneamento básico e ambiental, articulando ações conjuntas com os municípios, alinhadas aos planos de saneamento básico do governo federal.
» Elaborar políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos, integrando os princípios de proteção da saúde individual e pública.
» Promover atividades econômicas associadas à biodiversidade e energias alternativas.
» Implantar, em órgãos públicos, equipamentos e sistemas para o uso de energias alter-

nativas, incentivando os governos municipais e a iniciativa privada para idêntico fim.
» Formular políticas de incentivo à geração de energias limpas e renováveis.

5.5 INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

INFRAESTRUTURA

» Construir uma infraestrutura que se volte às necessidades do empresário e do cidadão, permitindo dinamizar a economia, interligar cidades, facilitar o escoamento da produção e oferecer condições para uma vida saudável.
» Assegurar a manutenção permanente, ampliação e duplicação das rodovias estaduais e ferrovias, em plena articulação com o governo federal no que se relacione às competências de cada esfera administrativa.
» Analisar trechos potencialmente perigosos de rodovias estaduais, buscando a prevenção de acidentes.
» Aumentar a cobertura de saneamento no interior.
» Integrar os portos do Mucuripe, Pecém, Camocim, Acaraú e Icapuí às políticas de desenvolvimento econômico do Estado.
» Induzir a ampliação da rede móvel de telefonia no interior cearense.
» Ampliar a oferta de recursos hídricos para consumo e produção, através de poços profundos, barragens de superfície e subterrâneas, adutoras, cisternas, integração de bacias e outras formas de aproveitamento de água.

MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO

» Incentivar projetos de acessibilidade e mobilidade urbana.
» Pesquisar e implantar soluções inovadoras para o transporte público de passageiros.
» Articular, junto ao governo federal, a integração rodovias/ferrovias.
» Melhorar as políticas de transporte intermunicipal
» Ampliar as linhas de metrô e transporte público em Fortaleza, bem como nas regiões interioranas de maior densidade demográfica.

DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO POPULAR

» Elaboração do Plano de Desenvolvimento para a Região Metropolitana de Fortaleza.
» Capacitar técnicos em planejamento urbano e regional nos municípios.
» Estimular a qualificação urbana de cidades de pequeno e médio porte.
» Efetivar parcerias com administrações municipais e com o governo federal para construção de habitações populares, inclusive através de mutirões, com inclusão das áreas rurais.
» Disponibilizar assessoria técnica e jurídica para desenvolver projetos, acompanhar obras e desburocratizar processos e programas habitacionais.
» Contribuir ativamente para o uso de tecnologias inovadoras na construção de projetos habitacionais populares.
» Apoiar os municípios na elaboração e cumprimento das ações do Plano de Resíduos Sólidos.
» Atuar junto aos municípios para a realização de ações de saneamento básico
» Estruturar a rede de cidades em regiões-polo para uma abordagem coletiva dos problemas em comum.
» Ampliar e acelerar o processo de regularização fundiária por meio de gestão democrática e participativa.

5.6 GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA, TRANSPARENTE E ÉTICA

GOVERNANÇA E GESTÃO

» Combater determinada e incansavelmente a corrupção e o mau uso do dinheiro público.
» Implantar uma verdadeira Gestão para Resultados, construindo um orçamento fundamentado no alcance de resultados definidos.
» Formar uma equipe de governo com o mais elevado nível profissional e conhecimento pleno da realidade do estado.

» Fortalecer na estrutura administrativa as áreas de meio ambiente e apoio a micro e pequenas empresas.
» Valorizar o servidor público tomando como base seu potencial para produzir e para dar respostas à população à qual serve.
» Incentivar o servidor público a melhoramentos crescentes de sua capacitação.
» Respeitar e preservar os princípios da responsabilidade fiscal.
» Monitorar e avaliar, permanentemente, ações e metas de governo.
» Convocar a participação da sociedade no planejamento e nas decisões de governo, com interiorização das ações.
» Revigoramento do sistema estadual de acesso à informação.
» Valorizar ações de controle interno preventivo, fortalecer a rede de ouvidorias do estado e as atividades de planejamento de governo.
» Dotar o Governo de capacidade técnica para o estabelecimento de relações internacionais.
» Implantar política de discussão inclusiva dos pré-projetos de equipamentos públicos que tragam impacto urbano.
» Apoiar as famílias mais pobres, ouvindo e respeitando suas demandas.
» Facilitar o acesso da população às informações do Governo, para que possa fiscalizar e acompanhar, de forma transparente, as ações institucionais.
» Valorizar as ações de controle interno preventivo, fortalecendo a rede de Ouvidorias do estado e contribuindo para as atividades de planejamento de governo.
» Combater o desperdício, em todos os seus níveis, prestando um acompanhamento efetivo que traga melhoria nos resultados das obras públicas
» Aprimorar as relações com outros entes federativos e instituições multilaterais, visando captar recursos e qualificar ações de governo voltadas ao cidadão.
» Prestigiar as atividades e o desempenho do servidor público, interface entre o Governo e a comunidade.
» Modernizar e otimizar as estruturas organizacionais.
» Dar combate permanente à sonegação fiscal.
» Investir em escala proporcional às características e demandas do mercado local, sempre levando em conta a racionalização dos recursos aplicados e a obediência às prioridades definidas coletivamente.
» Implantar sistemas de recompensa a unidades organizacionais do setor público que apresentem desempenho igual ou superior às metas estabelecidas.

» Atrair investimentos externos para as áreas de infraestrutura.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

» Estabelecer a participação, o diálogo e o compartilhamento das decisões sobre políticas públicas como princípio do Governo do Estado do Ceará.
» Promover e consolidar mecanismos de participação no planejamento e orçamento do estado.
» Incluir novas linguagens e modelos de participação, inclusive os ambientes virtuais voltados ao diálogo e a governança cidadã nas políticas públicas e decisões do Governo do estado.
» Criar a Política Estadual de Participação Social, estabelecendo mecanismos e metódos para ampliar a participação e o diálogo com a sociedade civil, por meio de suas organizações, movimentos sociais, segmentos, entidades ou diretamente pelo cidadão, com a finalidade de promover a relação do estado com a sociedade, respeitando a autonomia das partes.
» Valorizar os Conselhos Estaduais e articular a troca de informações intersetoriais em fóruns e outros espaços transversais dessas experiências.
» Estimular e articular a participação social, seus métodos e instâncias, nos municípios cearenses e em seus territorios.